

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – A PRESTAÇÃO DE JURISDIÇÃO EM TEMPO RAZOÁVEL: MANIFESTAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JUDICIAL EFICAZ	23
1.1 Prestação de jurisdição em tempo razoável e tutela judicial eficaz dos direitos	23
1.2 A tutela judicial eficaz como direito subjetivo fundamental: uma categoria autônoma de direito	27
1.2.1 Direito de defesa	32
1.2.2 Direito prestacional	34
1.3 A tutela judicial eficaz como “obrigação relacional” ou “dever correlativo”	36
1.3.1 Dever correlativo com o desenho político-estrutural do Estado: Estado de Direito, democracia e proteção dos direitos fundamentais	37
1.3.2 Dever correlativo com o modelo de Constituição como norma fundamental de garantia	42
CAPÍTULO 2 – DA TUTELA JUDICIAL EFICAZ AO DIREITO FUNDAMENTAL À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO	47
2.1 Tutela judicial eficaz e processo justo e equitativo	47
2.2 Processo justo e equitativo e prestação jurisdicional em tempo razoável	52
2.3 A prestação jurisdicional em tempo razoável como direito humano e fundamental	57



2.4 A fundamentalização do direito à razoável duração do processo: EC 45/04	62
2.4.1 Outras inovações da Emenda Constitucional 45/04 relativas à celeridade na prestação jurisdicional	72
2.4.2 A conformação legislativa e judicial do novo direito fundamental	80

CAPÍTULO 3 – TUTELA JUDICIAL EFICAZ E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE: O JUDICIÁRIO COMO AGENTE REALIZADOR DO DIREITO FUNDAMENTAL AMBIENTAL

3.1 O direito fundamental ao meio ambiente saudável	91
3.2 Direito fundamental à proteção do meio ambiente: direito a ações públicas protetoras	100
3.3 Direito à tutela judicial efetiva do meio ambiente: o judiciário como garante do direito fundamental ambiental	106

CAPÍTULO 4 – RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

4.1 Proteção do meio ambiente e razoável duração do processo: uma relação especial entre dois direitos fundamentais	121
4.2 Razoável duração do processo: um conceito jurídico indeterminado ...	127
4.3 A definição de <i>razoável duração do processo</i> : caminhos para uma conclusão mais segura	132
4.4 Razoável duração do processo e celeridade processual	134
4.5 Razoável duração do processo e cumprimento de prazos processuais	138
4.6 Razoável duração do processo ambiental: uma concepção particularizada de duração processual	139

CAPÍTULO 5 – A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E O TEMPO DO MEIO AMBIENTE

5.1 Tempo e processo	145
5.2 A natureza do tempo e a duração do processo	147
5.3 A força do tempo e a duração processual	151
5.4 As diversas escalas temporais	154

5.5 O tempo do meio ambiente: uma escala especial de temporalidade... 159

5.6 Principais fatores de construção do tempo ambiental 161

 5.6.1 A natureza irreversível ou de difícil reparação dos danos ambientais 162

 5.6.2 Os princípios da prevenção e da precaução 171

CONCLUSÕES 175

REFERÊNCIAS 181

ÍNDICE ALFABÉTICO 189